

Bruxelas, 24 de Outubro de 2007

Consulta pública pede mais respeito do direito do trabalho em vigor

A Comissão Europeia apresentou hoje os resultados da sua consulta pública sobre a adaptação do direito do trabalho ao mundo laboral da actualidade. A consulta foi um grande êxito: receberam-se mais de 450 respostas, abrangendo um vasto leque de intervenientes, tanto da UE-27, como de outros países. Apesar dos pontos de vista diferentes, os resultados assinalam que o direito do trabalho é fulcral para gerir a força de trabalho da UE e para dar segurança aos trabalhadores. Muitas respostas sublinham, nomeadamente, a necessidade de todos os Estados-Membros aplicarem na íntegra a legislação laboral vigente e de se chegar a acordo acerca de questões pendentes, tais como as propostas relativas aos trabalhadores de agências de trabalho temporário e à revisão da directiva sobre o tempo de trabalho. As reacções obtidas sugerem igualmente que o processo de reforma nacional no âmbito da estratégia da UE para o crescimento e o emprego, assim como a abordagem integrada para desenvolver e aplicar princípios baseados na flexigurança, constituem o caminho a seguir.

Em comentário aos resultados da consulta, Vladimír Špidla, Comissário Europeu responsável pelo Emprego, os Assuntos Sociais e a Igualdade de Oportunidades, declarou: «A consulta mostrou que muitos interessados querem ver concluídos com êxito os actuais capítulos da reforma, antes de se passar a novos assuntos». Afirmou ainda que «devemos continuar a prestar especial atenção à protecção dos trabalhadores vulneráveis, sensibilizando empregadores e trabalhadores para as normas e regulamentos de base da UE que estão em vigor e aligeirando a carga dos que actuam dentro da legalidade».

A consulta de 2006 relativa ao Livro Verde pretendia identificar os principais desafios que se colocam à adaptação do direito do trabalho às realidades em mutação do mundo do trabalho, envolver todos os interessados num debate público sobre o modo como o direito do trabalho e os acordos colectivos podem ajudar a promover a flexibilidade e a segurança, estimular o debate sobre o modo como as relações contratuais flexíveis, combinadas com direitos, podem facilitar a criação de emprego e as transições no mercado de trabalho e, por último, contribuir para a agenda «Legislar Melhor». Globalmente, os intervenientes manifestaram a sua preferência por soluções que passassem, antes de mais, por uma acção a nível nacional – envolvendo toda uma gama de abordagens que reflectissem as tradições e práticas nacionais. Contudo, também há uma grande vontade de pôr à prova essas experiências através do diálogo e do intercâmbio de boas práticas a nível comunitário.

As respostas prestam informações úteis acerca dos sistemas jurídicos nacionais e de assuntos emergentes no mercado de trabalho europeu. As questões levantadas incluem os desafios colocados por uma maior mobilidade transfronteiras e pelo maior alcance das operações comerciais além-fronteiras em toda a UE. Embora a Comissão não proponha novas iniciativas em termos de legislação, não deixa de apresentar um conjunto de domínios que deveriam, no seu entender, funcionar como base para futuras discussões, de modo a alcançar uma maior cooperação e clareza, bem como melhorar a informação e a análise. Estas áreas prendem-se com muitos dos temas da consulta, nomeadamente:

- a prevenção e o combate do trabalho não declarado, especialmente em áreas transfronteiriças;
- a promoção, o desenvolvimento e a realização de iniciativas de formação e aprendizagem ao longo da vida, para assegurar uma maior segurança no emprego durante todo o ciclo de vida;
- a interação entre o direito do trabalho e as regras em matéria de protecção social, em apoio de transições de emprego eficazes e de sistemas de protecção social sustentáveis;
- a clarificação da natureza da relação laboral, para promover uma maior compreensão e para facilitar a cooperação em toda a UE;
- a clarificação dos direitos e obrigações das partes envolvidas em cadeias de subcontratação, de modo a não privar os trabalhadores da possibilidade de exercerem efectivamente os seus direitos.

A variedade dos pontos de vista expressos por muitos intervenientes sublinhou a relevância e a oportunidade das principais vertentes do debate. Também assinalou áreas onde a reforma do direito do trabalho tem um papel a desempenhar a nível dos esforços envidados pelos Estados-Membros no sentido de adoptarem uma abordagem integrada na aplicação dos princípios baseados na flexigurança.

Receberam-se respostas de governos nacionais, de autoridades regionais, de parlamentos nacionais, de parceiros sociais a nível nacional e da UE, de ONG, de empresas, de académicos, de especialistas em Direito e de particulares. Além das conclusões da consulta, todas as respostas podem ser visualizadas no Europa, o sítio Internet da Comissão Europeia (cf. ligações infra).

Para mais informações:

Ligação para a nova comunicação de seguimento: a acrescentar
http://ec.europa.eu/employment_social/news/2007/oct/labour_law_en.pdf

Livro Verde de 2006 da Comissão
http://ec.europa.eu/employment_social/labour_law/green_paper_en.htm

Respostas recebidas no decurso da consulta pública:
http://ec.europa.eu/employment_social/labour_law/green_paper_responses_en.htm